



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

## **PARECER**

### **COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA**

#### **PROJETO DE LEI N.º 066/2025**

Processo nº 1395/2025

Autoria: Vereador Denizart Zazá

Ementa: Dispõe sobre a criação do serviço denominado “disque-idoso”, linha telefônica de três Algarismos (gratuita), para recepção de denúncias ou suspeitas de maus-tratos a idosos e dá outras providências.

#### **I. RELATÓRIO:**

O Projeto de Lei nº 66/2025, apresentado pelo Vereador Denizart Zazá, foi protocolado em 09 de abril de 2025 nesta Casa Legislativa e recebeu formalização sob o Processo nº 1395/2025.

A proposta tem como núcleo a criação de um canal telefônico específico, de três dígitos e gratuito, denominado "Disque-Idoso", com funcionamento ininterrupto e objetivo declarado de recepcionar denúncias, suspeitas ou qualquer comunicação relacionada à violação dos direitos da pessoa idosa, sobretudo nos casos de maus-tratos.

O serviço também se propõe a orientar os idosos quanto aos serviços públicos existentes, atuar em casos de desorientação e acolher críticas e sugestões sobre políticas públicas voltadas a esse grupo.

De acordo com o texto normativo, a gestão do serviço seria atribuída à Secretaria Municipal de Assistência Social, com possibilidade de articulação com demais órgãos do Poder Executivo, além de entes do sistema de justiça e da segurança pública. A regulamentação ficaria a cargo do próprio Executivo, incluindo a definição de canais complementares — como aplicativos e portais — e a previsão de relatórios estatísticos periódicos. O projeto ainda prevê campanha de divulgação ampla e capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento.

Após admissibilidade e inclusão em pauta, com leitura realizada na 15ª Sessão Ordinária de 2025, o projeto foi encaminhado à Comissão de Redação e Justiça para emissão de parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e conformidade técnica.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

Coube a esta relatoria examinar os termos da proposição, confrontando-a com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios que norteiam a atividade legislativa e a administração pública.

**II. VOTO DA RELATORA:**

Não se pode ignorar, desde logo, que a matéria objeto da presente proposição está revestida de sensibilidade social e elevada importância. O envelhecimento populacional é uma realidade demográfica inegável, e o combate às violações de direitos da pessoa idosa exige respostas eficazes, articuladas e acessíveis.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 230, impõe como responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e a família a proteção integral das pessoas idosas. Tal diretriz é reiterada pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que reforça o dever de denunciar, apurar e responsabilizar todas as formas de negligência, violência ou abandono.

Todavia, o exame técnico da proposta legislativa revela uma série de entraves de ordem prática, jurídica e financeira que comprometem sua admissibilidade. Ainda que o mérito social da proposta seja louvável, sua execução nos moldes apresentados é incompatível com os limites legais e administrativos do ente municipal.

A criação de uma central telefônica exclusiva, com número de três dígitos, funcionamento 24 horas e articulação institucional multidisciplinar, implica custos fixos e variáveis de significativa monta — exigindo equipe qualificada, infraestrutura tecnológica adequada, licenciamento junto à Anatel, integração com bancos de dados, além da manutenção constante de protocolos de resposta e segurança da informação.

Ademais, a proposição não veio acompanhado de qualquer estudo técnico ou estimativa de impacto financeiro, exigência que decorre expressamente do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A ausência de previsão sobre a origem dos recursos ou da fase de implementação progressiva colide com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), comprometendo a governabilidade e a gestão equilibrada do orçamento municipal. A mera previsão de que as despesas correrão por conta das dotações próprias não satisfaz os requisitos de responsabilidade administrativa.

Paralelamente, o escopo funcional do “Disque-Idoso” encontra-se em grande parte suprido por mecanismos já existentes e consolidados, como o **Disque 100**, serviço nacional operado pelo Ministério dos Direitos Humanos, que acolhe





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

denúncias de violência contra idosos, mulheres, crianças e demais grupos vulneráveis, com canais próprios de articulação interinstitucional.

No âmbito municipal, o Conselho Municipal do Idoso, o Ministério Público, as Delegacias de Polícia e os serviços especializados da própria Secretaria de Assistência Social já atuam de maneira coordenada na proteção e no acompanhamento de casos envolvendo a violação de direitos da pessoa idosa.

Dessa forma, a proposta incorre na criação de uma estrutura paralela, sem integração obrigatória com os canais oficiais, não demonstrando qual seria seu diferencial operacional que justificasse a alocação de recursos públicos em nova plataforma.

Assim, diante dos fundamentos acima apresentados — que envolvem desde a inexistência de estimativas financeiras, sobreposição com políticas públicas já existentes, ausência de previsão de articulação técnica, até vícios de iniciativa e imposição indevida ao Executivo — esta relatoria **opina pelo não prosseguimento do Projeto de Lei nº 66/2025.**

### III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, com os votos favoráveis da Presidente Vereadora Rosana Pinheiro e da Relatora Vereadora Kamilla Rocha, **emite parecer contrário** à tramitação do Projeto de Lei nº 66/2025. Ficando consignado que o Membro Vereador Anselmo Bigossi não participou da reunião de deliberação em razão de afastamento médico devidamente justificado.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 2025.

**ROSANA PINHEIRO**  
PRESIDENTE

**KAMILA ROCHA**  
RELATORA

